


1 **ATA DA 454ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE**
3 **JUNHO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas e vinte minutos, no
5 Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quaringentésima
6 quinquagésima quarta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do
7 Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz
8 Colombi e secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José
9 Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do
10 município de Acurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo;
11 senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhora Simoni Mercia Mesch Nones,
12 prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de
13 Gaspar; senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; senhor Valmir Zirke, vice-
14 prefeito do município de Guabiruba; senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial;
15 senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito
16 do município de Rio dos Cedros; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio;
17 senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário
18 executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando
19 aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário,
20 deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim
21 composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Estrutura de pessoal e terceirização;
22 3 – Imposto sobre Serviço (ISS)); 4 – Movimento econômico; 5 – Duplicação da rodovia BR-470; 6
23 – Universidade Federal de Santa Catarina (proposta de especialização); 7 – Centro de Operação do
24 Sistema de Alerta da Bacia do Itajaí (Ceops); 8- Assuntos gerais. Na sequência, o presidente
25 apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, encaminhada
26 por correio eletrônico, abrindo espaço para sua discussão e, não havendo manifestação em contrário,
27 a mesma foi colocada em votação, donde o documento foi aprovado por unanimidade. Em
28 prosseguimento, passou-se para o segundo item da ordem do dia - estrutura de pessoal e terceirização,
29 momento em que o presidente passou a palavra ao secretário executivo da AMMVI, senhor José
30 Rafael Corrêa, o qual explicou que a entidade já fez levantamento da estrutura de pessoal das
31 prefeituras e no segundo semestre será feito um trabalho mais intenso nesta área com os municípios,
32 no mesmo formato que vem sendo executado nas áreas de patrimônio, almoxarifado e frotas, licitação
33 e contratos. Em seguida, o secretário executivo passou a palavra ao assessor jurídico da AMMVI,
34 senhor Luiz Claudio Kades, o qual reiterou que a área de gestão de pessoas deve ser fortalecida nas
35 prefeituras, pois geralmente estas vêm executando ações somente de departamento de pessoal. Com
36 referência ao tema, o assessor jurídico dialogou com os prefeitos sobre contratação temporária,
37 serviços de terceirização, padronização de cargos e funções, formação de quadro de pessoal, nova
38 legislação trabalhista e regime administrativo especial. Nestes tópicos, foi destacada a contratação de
39 pessoal para atender aos programas de financiamento da Caixa Econômica Federal, fiscalização de
40 obras e demais assuntos relacionados aos convênios. O assessor jurídico disse que, geralmente os
41 convênios do governo federal não preveem recursos para as etapas que antecedem a obra, tampouco
42 para o ato de fiscalização. O presidente José Luiz Colombi propôs ainda que os prefeitos encaminhem
43 à assessoria jurídica da AMMVI as dúvidas específicas, pois há muitos casos pontuais a serem
44 resolvidos. O secretário executivo sugeriu que se faça consulta ao TCE/SC referente aos temas,
45 considerando agora a nova legislação sobre os serviços de terceirização, para que os municípios
46 estejam amparados legalmente. Além disso, propôs que a AMMVI convide um auditor do Tribunal
47 de Contas na área de pessoal para vir dialogar com os prefeitos e servidores sobre o assunto. O senhor
48 José Rafael Corrêa lembrou ainda que no dia vinte e seis de julho deste ano, na Universidade Regional

49 de Blumenau (Furb), será realizado o XVII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração
50 Municipal. O evento, promovido pelo TCE/SC, contará com três salas temáticas, sendo uma delas
51 destinada a atos de pessoal. Além disso, as outras oficinas irão abordar sobre contabilidade e controle
52 interno, e licitações e contratos. Na ocasião, será aberto espaço para questionamentos e os municípios
53 têm a possibilidade de esclarecer dúvidas pontuais. Em prosseguimento, passou-se para o terceiro
54 assunto - Imposto sobre Serviço (ISS) – momento em que o presidente passou a palavra aos
55 representantes do Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda da AMMVI, donde a senhora
56 Maria Angélica Faggiani, secretária de Fazenda e Administração da prefeitura de Timbó, citou que
57 os municípios comemoraram a vitória alcançada pelas entidades municipalistas na derrubada do veto
58 à reforma do ISS. Ela frisou que a articulação das entidades municipalistas - Confederação Nacional
59 de Municípios (CNM), Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e AMMVI - foi fundamental
60 para a conquista, bem como que a lei da reforma do ISS (Lei Complementar 157/2016) passou a
61 estabelecer uma nova distribuição do valor arrecadado com o tributo entre os municípios. De acordo
62 coma Secretária, em Timbó este veto vai incrementar cerca de um milhão e quinhentos mil reais na
63 arrecadação, o que representa aproximadamente 20% de acréscimo no imposto. Por conseguinte, os
64 municípios deverão promover a revisão do Código Tributário Municipal, cujas alterações deverão ser
65 votadas pelo Legislativo até setembro deste ano. Além disso, a senhora Maria Angélica Faggiani
66 lembrou que a lei traz ampliação da lista de serviços, dentre eles estão a costura e os serviços de
67 facções, o que possibilita aumentar a arrecadação do ISS, pois atualmente não acontece esta cobrança.
68 Em seguida, o senhor Genrado Riemer, secretário municipal de Gestão Administrativa e Fazendária
69 da prefeitura de Pomerode, frisou sobre a importância de se fazer a revisão do Código Tributário e
70 incluir a nova lista de serviços. Além disso, o senhor Genrado Riemer falou de outro fato que o projeto
71 de lei influencia os municípios que têm algum benefício fiscal em vigor como, por exemplo, alíquota
72 zero para o ISS. A lei traz que o município deve revogar o benefício e voltar a cobrar o imposto, o
73 que também será fiscalizado pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público. A senhora Maria
74 Angélica Faggiani lembrou ainda aos prefeitos sobre o Programa Saúde Fiscal, em que alguns
75 municípios mantêm convênio com o MP/SC. Este programa, segundo ela, é de grande valia aos
76 municípios, uma vez que tira do prefeito e/ou secretário a análise dos recursos fiscais, cujo
77 deferimento ou não do recurso fica por conta do Conselho dos Contribuintes, em que os
78 representantes também são remunerados para participar. Além disso, a secretária disse que o
79 programa estimula as prefeituras a estruturarem as suas fiscalizações por meio da formação de um
80 quadro de efetivos e qualificação de fiscais. O senhor Genrado Riemer sugeriu que a AMMVI faça
81 uma capacitação aos fiscais de tributos sobre a nova lista de serviços do ISS, pois este imposto
82 impacta diretamente nos cofres municipais. O senhor José Rafael Corrêa lembrou aos prefeitos que
83 neste ano a AMMVI está capacitando os municípios na área de licitações públicas, estruturando um
84 *check-list* dos itens que devem ser averiguados pelos municípios para evitar problemas futuros e
85 percorrendo os municípios com capacitações voltadas a sete modalidades diferentes de licitações.
86 Desta mesma forma, o secretário executivo sugeriu que a AMMVI promova capacitação aos fiscais
87 sobre o ISS, como também acompanhe a situação dos municípios quanto aos códigos tributários. O
88 presidente disse que os municípios precisam se organizar nesta área e como a região possui
89 profissionais capacitados para esta ação, a sugestão do senhor José Rafael Corrêa foi aprovada.
90 Continuando a assembleia, o quarto assunto em pauta foi contemplado em parte no assunto anterior
91 e as demais informações sobre movimento econômico serão repassadas na próxima assembleia de
92 prefeitos. Na sequência, o presidente progrediu para o quinto item - duplicação da rodovia BR-470 –
93 em que lembrou algumas reuniões que aconteceram para o andamento da obra de duplicação da
94 rodovia e agradeceu o empenho que os prefeitos têm tido na presença nas reuniões. O presidente citou
95 ainda que a última movimentação realizada em prol da rodovia foi a reunião com o ministro dos
96 Transportes, Portos e Aviação Civil, senhor Mauricio Quintella Lessa, realizada em maio, em

97 Brasília, em que foram garantidos recursos no Orçamento Geral da União (OGU) para este ano, já
98 que a previsão era ainda de contingenciamento. Na ocasião, a AMMVI entregou ofício reivindicando
99 R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) para a obra para este exercício. O presidente
100 disse que os prefeitos deverão ainda se mobilizar pelo aumento do orçamento de dois mil e dezoito
101 da obra, uma vez que o senador Dário Berger é o presidente da Comissão Mista de Orçamento no
102 Congresso, e isso é uma possibilidade para garantir mais recursos para a duplicação. Esta mobilização
103 deve ocorrer com a união das lideranças políticas e empresariais. O secretário executivo falou sobre
104 o processo de concessão que, segundo os parlamentares, está em discussão e será dado continuidade.
105 No trecho de Indaial em direção ao Alto Vale do Itajaí não tem previsão de recursos para a duplicação,
106 e isso só acontecerá com a concessão. Avançando a reunião, no sexto assunto da ordem do dia -
107 proposta de especialização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - o secretário
108 executivo lembrou os prefeitos que na última assembleia a vice-diretora do campus da UFSC de
109 Blumenau, professora doutora Ana Julia Dal Forno, apresentou proposta de curso de especialização
110 em Gestão Pública, cujas aulas seriam ministradas na AMMVI por profissionais da Universidade e
111 que o custo das mensalidades seria em torno de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por mês.
112 Após esta primeira proposta, a AMMVI buscou novas tratativas que culminaram com outra sugestão
113 da Universidade, em que o valor da mensalidade passou para R\$ 498,50 (quatrocentos e noventa e
114 oito reais e cinquenta centavos), desde que a Associação assumia custos com hospedagem dos
115 docentes, *coffee break* em todas as aulas, espaço físico, pessoal de apoio e coordenação às aulas e
116 apoio aos eventuais eventos envolvendo o curso. A previsão de custos para a AMMVI nos dezoito
117 meses de aula fica em torno de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Além disso, deve-se analisar
118 a previsão legal para verificar como dar-se-á o apoio das prefeituras e se estas estarão dispostas a
119 custear o curso aos servidores. O senhor José Rafael Corrêa questionou se os prefeitos concordam
120 com o andamento da proposta ou têm outra opinião a respeito. Em linhas gerais, os prefeitos
121 consideram o valor significativo e demonstraram preocupação em como contemplar todos os
122 servidores interessados, além de que sinalizaram que as aulas deverão ser mais práticas do que
123 teóricas, com docentes que tenham experiência na área pública. Os prefeitos deliberaram que sejam
124 feitos novos orçamentos com outras instituições de ensino superior para analisar outras
125 possibilidades. Em continuidade – no sétimo item – o secretário executivo informou que o Centro de
126 Operação do Sistema de Alerta da Bacia do Itajaí (Ceops) será abordado à tarde, quando o secretário
127 de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Carlos Chiodini, e o governador
128 Raimundo Colombo farão a assinatura do convênio com a Furb para repasse de recursos para auxílio
129 à manutenção das atividades do Ceops. Progredindo para assuntos gerais – oitavo tópico da pauta - a
130 assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, senhorita Simone Gomes, informou que a
131 AMMVI recebeu as contribuições dos municípios na minuta sobre terraplanagem, as quais foram
132 analisadas e as propostas pertinentes foram consideradas. A proposta finalizada foi encaminhada aos
133 municípios e pediu que, havendo dúvidas, os técnicos municipais repassem à Associação para os
134 devidos esclarecimentos. A AMMVI sugere que este documento seja seguido pelos municípios, de
135 forma que os serviços de terraplanagem aconteçam de forma padronizada na região e sigam as
136 orientações de um trabalho que foi construído conjuntamente e com suporte técnico. Com relação ao
137 diagnóstico socioambiental, a senhorita Simone Gomes disse que há poucos dias foi realizada uma
138 reunião com os promotores da região para tratar da flexibilização das Áreas de Preservação
139 Permanente (APPs). Segundo ela, a reunião foi conturbada e sugeriu que no próximo mês seja feita
140 uma reunião com os prefeitos e os técnicos municipais para esclarecer os tópicos de maior conflito.
141 E, por último, ela falou sobre o diagnóstico da fossa e filtro referente ao Termo de Ajustamento de
142 Conduta (TAC) do esgotamento sanitário. A AMMVI está finalizando a execução do diagnóstico nos
143 municípios, porém ela precisa de retorno dos municípios de Brusque e Gaspar se gostariam de fazer
144 este trabalho, pois os demais já confirmaram. Nos próximos dias será feito contato com os municípios

145 para proceder sobre o contrato e iniciar o trabalho. A assessora lembrou ainda que, para a aplicação
146 da primeira fase do diagnóstico, será necessário contar com as agentes comunitárias de saúde. O
147 senhor José Rafael Corrêa complementou que em Botuverá e Guabiruba, os agentes comunitários de
148 saúde contribuíram para a aplicação do questionário do diagnóstico da fossa e filtro e, se algum
149 município tiver resistência quanto a isso, deve-se contratar pessoal para o trabalho, o que implica em
150 maior custo. Ainda, referente ao TAC, a Assessora de Saneamento informou que alguns municípios
151 não encaminharam o último relatório para o acompanhamento das cláusulas do TAC, o mesmo que é
152 enviado para o Ministério Público, sendo eles: Apiúna, Ascurra, Brusque e Timbó. Em seguida, o
153 secretário executivo falou das agendas institucionais ocorridas desde a última assembleia. Dentre elas
154 estão duas reuniões na Fecam; uma reunião com os promotores sobre a possibilidade de fiscalização
155 por meio do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), em que estavam presentes
156 os coordenadores regional e estadual do Meio Ambiente do MP/SC; reunião no Ministério dos
157 Transportes, Portos e Aviação Civil sobre a BR-470, com a presença da bancada parlamentar
158 catarinense; reunião com o TCE/SC na AMMVI, ampliando o diálogo dos prefeitos, secretários e
159 técnicos com os auditores da Corte catarinense; reunião dos Colegiados de Contadores Públicos e
160 Controladores Internos Municipais com a presença de alguns prefeitos; e palestra do ex-ministro-
161 geral da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho. O presidente ressaltou ainda
162 que a bancada parlamentar catarinense tem sido parceira nos pleitos dos municípios, dentre os quais
163 a presença dos deputados na reunião com o ministro Maurício Quintella Lessa foi relevante para unir
164 forças em prol da BR-470, e também a votação do veto do ISS, em que os parlamentares apoiaram a
165 causa municipalista e votaram pela derrubada do veto. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor
166 presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu,
167 Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo
168 senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



José Luiz Colombi
Presidente
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

169
170